

CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES

Com participação da AEAMESP, Comitê Técnico aponta avanços e gargalos no campo da mobilidade urbana nestes três anos.

PRESEÇA AEAMESP

Presidente da AEAMESP e outros membros do Conselho das Cidades reuniram-se com a ministra do Meio Ambiente

20ª SEMANA DE TECNOLOGIA E METROFERR 2014

Terminarão em 1º de junho as inscrições de trabalhos para a 20ª Semana. Haverá três prêmios de R\$ 5 mil para os melhores trabalhos.

SISTEMA CONFEA-CREA

Profissionais e empresas já podem destinar à AEAMESP os recursos referentes a ARTs. Basta escrever o código 930 no campo 31.

BOLÃO AEAMESP DA COPA 2014

Associados já podem mandar seus palpites e participar sem custo do Bolão AEAMESP da Copa 2014. Haverá prêmios para os três primeiros colocados

ESPORTE

Se você não está na lista do Felipão, participe às terças-feiras, entre 18h e 20h20, das partidas de futebol society da AEAMESP

ANIVERSARIANTES

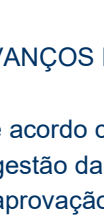
No Portal da AEAMESP, os aniversariantes do mês de maio

MEIO AMBIENTE

AEAMESP participará da 13ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo. O evento é gratuito e as inscrições estão abertas.

CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES

Com participação da AEAMESP, Comitê Técnico aponta avanços e gargalos no campo da mobilidade urbana nestes três anos.



A formulação e apresentação de um documento de análise, apontando, de um lado, avanços e conquistas no setor de mobilidade urbana nos últimos três anos e, de outro, gargalos decorrentes da postura do governo federal em resposta às deliberações do Conselho Nacional das Cidades nesse campo, foi o principal resultado da reunião do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, item da pauta da reunião extraordinária do Conselho Nacional das Cidades, nos dias 12 e 13 de maio de 2014, em Brasília.

O encontro, que teve a participação do presidente da AEAMESP, engenheiro Emiliano Affonso, foi convocado pelo ministro das Cidades, Gilberto Occhi, com o objetivo de avaliar a atual gestão do Conselho Nacional das Cidades, iniciada em 2011, e cujo mandato terminará com a posse, em julho de 2014, da nova gestão, eleita em novembro de 2013, durante da 5ª Conferência Nacional das Cidades.

**Atividades.** Na manhã da segunda-feira, 12 de maio, o Conselho Nacional das Cidades realizou uma avaliação da 5ª Conferência Nacional das Cidades, desenvolvida no final de novembro de 2013, e a aprovou o texto sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. No período da tarde, houve reuniões dos comitês técnicos, incluindo o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana (SNDU). No início da noite, realizou-se reunião do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários.

Na manhã de 13 de maio, foi desenvolvido debate sobre tema conjuntural: o Projeto de Lei do Senado 499, de 2013, com medidas antiterrorismo. No período da tarde, o pleno do Conselho se dedicou ao balanço da quarta gestão do Conselho Nacional das Cidades, que está se encerrando, e ouviu um relato da participação brasileira no *Fórum Urbano Mundial*, realizado pela ONU no início de abril, em Medellín, Colômbia.

AVANÇOS DO PERÍODO

De acordo com o documento produzido pelo Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, durante a gestão da atual composição do Conselho Nacional das Cidades, foram observados cinco avanços. Um deles foi a aprovação e entrada em vigor da Lei Federal 12.587/12, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O texto assinala que a agenda da mobilidade urbana adquiriu maior destaque dentro do debate dos problemas urbanos no País. Houve, no segundo semestre de 2013, a elaboração, pelo Conselho Nacional das Cidades, das propostas do Pacto Nacional de Mobilidade Urbana, consubstanciadas em uma resolução aprovada em outubro e retificada por outra resolução em março de 2014.

Ouro avanço está no fato de o Comitê de Mobilização pela Saúde e Paz no Trânsito – que é coordenado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e conta com a participação de órgãos governamentais e entidades representativas da sociedade civil - ter elaborado sugestões para um plano nacional a ser coordenado pelo governo federal para que o País pudesse responder ao compromisso firmado com a ONU para atingir os objetivos da *Década Mundial de Segurança Viária – 2011/2020*, que tem como meta a redução de 50% no número de mortes no trânsito. Contudo, esse plano não foi oficialmente acatado e tampouco implementado, tendo havido apenas o desenvolvimento do *Programa Parada*, restrito a ações da Polícia Rodoviária Federal e a uma campanha publicitária com pequeno impacto da redução das mortes no trânsito.

Também foi realçada no documento a destinação de recursos federais – incluindo recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e linhas de crédito subsidiadas de bancos federais, que se somam a investimentos e contrapartidas de Estados, Município e de investidores privados – por meio de diferentes modalidades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com projetos inicialmente voltados para a Copa de 2014 e depois projetos vinculados ao *PAC Mobilidade Grandes Cidades*, *PAC Mobilidade Médias Cidades*, *PAC Pavimentação* e, mais recentemente recursos vinculados ao *Pacto da Mobilidade Urbana*.

DESAFIOS E GARGALOS

O documento do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana assinala um conjunto de desafios ou gargalos na postura do governo federal em relação a diversos assuntos de mobilidade urbana tratados no âmbito do Conselho Nacional das Cidades.

**Ação unificada das áreas do Ministério das Cidades.** O texto assinala que é preciso haver ação unificada das áreas do Ministério das Cidades, tendo em vista investimentos em mobilidade, habitação e programas urbanos e, e que deve haver ainda a unificação de ações também entre áreas do próprio do segmento de mobilidade do próprio Ministério, compreendendo, além da Secretaria Nacional de Transporte e de Mobilidade Urbana (SeMob), também o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb). O documento frisa que esses organismos “devem atuar de forma unificada e terem participação plena” no Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

**Políticas dos órgãos e companhias do Ministério.** Num outro trecho, foi apontada a dificuldade de se “ter presente e de debater” as políticas e ações do Denatran, CBTU e Trensurb nas reuniões do Conselho e do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana. “Precisamos do compromisso de que estes órgãos irão de fato participar, conforme resolução, como convidados permanentes do Comitê de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana”, sublinha o texto. O documento salienta ainda as dificuldades encontradas pelo Conselho Nacional das Cidades para “debater e participar das definições das diretrizes de ação das empresas ligadas ao Ministério das Cidades (a CBTU e a Trensurb)”, em especial, quanto às políticas de concessão, privatização e estadualização de tais empresas.

**Comitê e Conselho não são ouvidos.** Outra crítica diz respeito à escolha das propostas referentes às diferentes modalidades do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, principalmente o *PAC da Mobilidade*, sem que sejam ouvidas as propostas de critérios e diretrizes apresentadas pelo Conselho Nacional das Cidades e pelo Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

**Pacto Nacional de Mobilidade.** O documento diz que é preciso haver a “formalização e implementação” das propostas constantes do *Pacto Nacional da Mobilidade Urbana*, elaborado pelo Conselho Nacional das Cidades na forma de uma resolução. O texto frisa que o próprio governo federal incumbiu o Conselho Nacional das Cidades a da elaboração do Pacto como “compromisso frente às manifestações das ruas” ocorridas em meados do ano passado.

**Dificuldade de avançar.** Entre os gargalos, está também a “grande dificuldade” de fazer avançar na prática o que é debatido e aprovado no Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana e no pleno do Conselho Nacional das Cidades. Tais dificuldades, de acordo com o texto, decorrem das “mais diversas alegações, desde ordem estrutural, até questões políticas”. Mais adiante, o texto destaca: “a burocracia no Ministério (das Cidades) tem muitas vezes impedido uma agilidade maior na implementação do que foi debatido e aprovado em nosso Conselho”.

**Difícil implementação das resoluções.** Outro segmento do documento reitera que há dificuldade em implementar as resoluções do Conselho Nacional das Cidades e das próprias Conferências Nacionais das Cidades.

**Faltam comunicação e estrutura.** O texto sublinha a existência de “grande dificuldade” na comunicação e falta de uma estrutura permanente que cuide do Comitê de Mobilidade Urbana. Os conselheiros encontram dificuldade de se informar das ações e atividades relacionadas ao Comitê. O texto salienta a necessidade de “avançar na comunicação” do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, com o adequado envio das atas, comunicados, documentos, apresentações e informes sobre ações da SeMob para o conjunto dos conselheiros.

**Diálogo com a sociedade e capacitação.** O texto aponta a ausência de “ações mais efetivas para dialogar com a sociedade brasileira sobre política de mobilidade” e critica a garantia de capacitação dos gestores e da sociedade para a construção dos planos de mobilidade urbana.

**Mortes no trânsito.** Outro aspecto enfatizado no documento se refere ao que foi chamado de “engavetamento” das propostas do Comitê de Mobilização da Saúde e Paz no Trânsito para a *Década Mundial de Segurança Viária – 2011/2020*. O objetivo da década é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito, porém, desde que o governo federal assinou o compromisso com a ONU, o número de mortes no trânsito tem crescido no País. O documento aponta outro problema: a dificuldade de descontinenciamento dos recursos das multas, que deveriam ser reinvestidas na educação e prevenção.

PRÓXIMOS DESAFIOS

O documento aponta para a próxima gestão um conjunto de desafios. Um deles é a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 90 – o PEC 90 –, de autoria da deputada Luiza Erundina, que dá nova redação ao artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.

Ouro ponto é a necessidade de implementação do *Pacto Nacional de Mobilidade Urbana*, como embrião do *Plano Nacional de Mobilidade Urbana*.

Também foi considerado um desafio importante a aprovação do projeto de lei que permitirá a diminuição do valor das tarifas do transporte público com isenções de impostos e contribuições por meio do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (REITUP).

O documento salienta a necessidade de haver “garantia do espaço da mobilidade na consolidação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbana (SNDU)”, definido na 5ª Conferência Nacional das Cidades, em novembro de 2013.

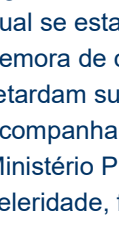
O texto preconiza ainda a instalação de uma ampla campanha de sensibilização da sociedade e dos municípios para elaboração dos Planos de Mobilidade, aplicando os instrumentos para a concessão do transporte público e política tarifária. “Somente com municípios e entidades da sociedade civil capacitados poderemos, de fato, avançar na construção de uma política de mobilidade urbana efetiva”, afirma o documento, assinalando que no texto da resolução do *Pacto Nacional de Mobilidade Urbana* foi proposto que parte dos recursos sejam investidos na qualificação de pessoas, no financiamento de projetos e de integração dos sistemas de mobilidade.

**Medida imediata.** Em seu último trecho, o documento aponta como necessária uma medida “imediate e fundamental”: que o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana do Conselho Nacional das Cidades e o Ministério das Cidades sejam efetivamente definidos como “o fórum para debater a política de mobilidade do governo federal, combatendo o esvaziamento das pautas deste Ministério e deste Conselho para outras pastas, o que tem acontecido no último período”.

[Início](#)

PRESEÇA AEAMESP

Presidente da AEAMESP e outros membros do Conselho das Cidades reuniram-se com a ministra do Meio Ambiente



O presidente da AEAMESP, engenheiro Emiliano Affonso, e outros membros do Conselho Nacional das Cidades – Eurico Divon Galhardi, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); Nazareno Affonso, da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e coordenador nacional do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT); Juarez Bispo Matheus, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte (CNTT-CUT); e Inês Damasceno, da Associação Brasileira de Municípios (ABC) – e, ainda, Renato Boaretto, do Instituto Energia e Meio Ambiente (IEMA), foram recebidos na tarde de 14 de maio de 2014, em Brasília, pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Um dos pontos tratado na audiência foi a discrepância entre a proteção e o estímulo concedido pelo governo federal aos automóveis e motos e as dificuldades normalmente impostas aos sistemas de transporte público. Observou-se que, do ponto de vista ambiental, não há qualquer tipo de embarço para um cidadão comprar um carro ou uma moto, e sair dirigindo pelas cidades e estradas, mesmo com a poluição ambiental e sonora causada por esses tipos de veículos. Por outro lado, no processo de implantação de sistemas de transporte público – sejam eles sobre trilhos ou sobre pneus – normalmente há exigências de contrapartidas e medidas mitigatórias para compensar eventuais danos ambientais, sem que se considere que o próprio sistema de transporte público é uma forma de reduzir a poluição e diminuir o tempo de viagem e o desgaste dos passageiros nos grandes centros.

A solicitação da audiência foi uma primeira resposta do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana à proposta feita pelo presidente da AEAMESP em março, durante a 40ª Reunião do Conselho das Cidades. Na ocasião, Emiliano Affonso argumentou ser necessário que órgãos e empresas responsáveis por grandes projetos de transporte público urbano, em especial do segmento metroferroviário, e também entidades representativas do setor, se aproximem dos órgãos públicos da área ambiental, do Ministério Público e mesmo do Judiciário para que se estabeleça uma melhor compreensão a respeito da importância desses investimentos para a redução da poluição, para a melhoria da situação de saúde nos grandes centros, e também para a melhoria da mobilidade, com redução dos tempos de deslocamento e favorecimento da economia nas cidades.

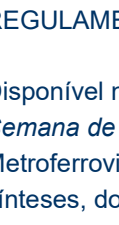
Emiliano Affonso tem afirmado que, de modo geral, não existe uma adequada compreensão a respeito do significado dos empreendimentos estruturadores do transporte público para o bem-estar nas cidades, razão pela qual se estabelecem entraves que alongam e encarecem a implantação de novos projetos: há rigor excessivo, demora de certos procedimentos e a obrigação de contrapartidas acarretam atrasos e custos adicionais que retardam a disponibilização para a população. Emiliano afirmou ser preciso efetivamente haver o acompanhamento das normas ambientais e o esclarecimento das dúvidas levantadas por órgãos técnicos, pelo Ministério Público e pela Justiça, mas frisou que é necessário que se leve em conta a necessidade de haver celeridade, fundamentação e equidade nos procedimentos.

**Entendimento e abertura.** Em resposta às considerações feitas, a ministra Izabella Teixeira disse entender que os sistemas de transporte público fazem parte das soluções ambientais para as cidades. Propõe a construção de uma visão estratégica que leve em conta a eficiência dos sistemas de transporte público, preparando as cidades para a mudança do clima e assegurou que o Ministério do Meio Ambiente estará aberto a examinar propostas do Conselho Nacional das Cidades e ao estudo de novas resoluções que garantam maior agilidade na implantação de projetos estruturantes da mobilidade.

[Início](#)

20ª SEMANA DE TECNOLOGIA E METROFERR 2014

Terminarão em 1º de junho as inscrições de trabalhos para a 20ª Semana. Haverá três prêmios de R\$ 5 mil para os melhores trabalhos.



Termina no final da próxima semana, em 1º de junho de 2014, domingo, às 23h59 (horário de Brasília) o prazo para inscrições de trabalhos técnicos a serem apresentados durante a 20ª Semana de Tecnologia Metroferroviária da AEAMESP, a ser realizada de 9 a 12 de setembro de 2014 no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo. **Crescimento, Equilíbrio e Desenvolvimento.** Os três primeiros colocados na pontuação geral receberão prêmios. No segundo ano, a programação da 20ª Semana será estruturada em torno do trinômio *Crescimento, Equilíbrio e Desenvolvimento*, defendendo os sistemas metroferroviários, em conjunto com o planejamento integrado entre transporte e uso do solo como a solução mais adequada para a crise de mobilidade nas cidades brasileiras.

**PREMIO TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO METROFERROVIÁRIOS**

Na comemoração dos vinte anos da Semana de Tecnologia Metroferroviária, a AEAMESP firmou parceria com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e com a Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos) para oferecer o Prêmio Tecnologia e Desenvolvimento Metroferroviários aos melhores trabalhos técnicos apresentados no congresso. **Atenção ao primeiro prazo.** Originalmente previsto para o domingo 18 de maio de 2014, o prazo da Etapa 1 – Inscrição e entrega da “síntese” do trabalho técnico foi prorrogado por duas semanas, terminando no domingo, 1º de junho de 2014, às 23h59 (horário de Brasília). A divulgação dos resultados da Etapa 1 será feita até o dia 17 de junho.

**TRÊS CATEGORIAS**

Os trabalhos deverão ser inscritos em três categorias, cada uma das quais com um conjunto de subcategorias. São elas: *Categoria 1 - Políticas públicas, planejamento urbano, mobilidade sustentável, planejamento e concepção de sistemas de transporte; Categoria 2 - Financiamento (função) e gestão de empreendimentos de transporte, e Categoria 3 - Tecnologias de implantação, operação e manutenção de sistemas de transporte. Prêmio e destaques.* Serão quinze os agraciados com troféus; os três melhores artigos técnicos receberão um prêmio de cinco mil reais cada um. **Publicação na revista Engenharia.** Os três melhores trabalhos serão publicados pela revista *Engenharia*, do Instituto de Engenharia de São Paulo.

**REGULAMENTO**

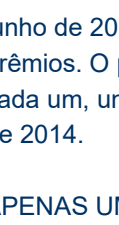
Disponível no Portal da AEAMESP, o regulamento trata da inscrição dos trabalhos para apresentação na 20ª Semana de Tecnologia Metroferroviária e a participação facultativa no Prêmio Tecnologia e Desenvolvimento Metroferroviários. São focalizados aspectos como habilitação, temas, prazos, diretrizes para formulação das sínteses, dos artigos técnicos e das apresentações em Power Point, bem como o formato de apresentação nas salas técnicas da 20ª Semana e presença nos anais do encontro. **Sobre o Prêmio.** O regulamento focaliza também os objetivos do prêmio, características da premiação, qualificação e participação, critérios de avaliação, divulgação dos resultados e cerimônia de premiação.

Accesse a página com outras informações, as fichas de inscrição dos trabalhos e o regulamento do Prêmio.

[Início](#)

SISTEMA CONFEA-CREA

Profissionais e empresas já podem destinar à AEAMESP os recursos referentes a ARTs. Basta escrever o código 930 no campo 31.

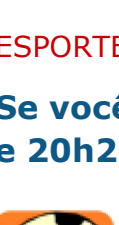


Para preencher uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), as empresas e os profissionais poderão destinar 16% do valor considerado no documento à AEAMESP, bastando que assinala no campo 31 o número da Associação, que é 930. Quando o campo 31 não é preenchido, a contribuição deixa de ser feita. Esses recursos passarão a ajudar a AEAMESP a financiar suas atividades.

[Início](#)

BOLÃO AEAMESP DA COPA 2014

Associados já podem mandar seus palpites e participar sem custo do Bolão AEAMESP da Copa 2014. Haverá prêmios para os três primeiros colocados



Aacionando o link ao final desta notícia, os associados poderão conhecer e participar sem custos do Bolão AEAMESP da Copa 2014. **Informações e orientações.** A partir do próprio link, o interessado encontrará o *Regulamento* e orientações para elaborar e definir seu palpite, cobrindo os 64 jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. **Palpites até 10 de junho.** Os palpites deverão ser encaminhados para o Centro de Eventos da AEAMESP, por intermédio do e-mail: [eventos@aeamesp.org.br](mailto:eventos@aeamesp.org.br), até o dia 10 de junho de 2014. **Prêmios: TV 40 polegadas e 'tablets'.** Os três primeiros colocados na pontuação geral receberão prêmios. O primeiro colocado receberá uma TV de 40 polegadas; o segundo e o terceiro colocados receberão, cada um, um 'tablet'. Os prêmio serão entregues na Reunião do Conselho Deliberativo da AEAMESP, em 28 julho de 2014.

**APENAS UM PALPITE POR ASSOCIADO**

O engenheiro Carlos Augusto Rossi, vice-presidente de Assuntos Associativos, informa que cada associado poderá registrar apenas um palpite. **Evolução dos pontos.** Os pontos de cada concorrente serão somados ao longo da competição, considerando resultados exatos, vitórias e empates. **Resultados parciais.** Serão informados pela AEAMESP a todos os participantes os resultados parciais de classificação do Bolão em cada etapa da evolução da Copa do Mundo FIFA 2014. **Desempates.** Em caso de empate entre concorrentes do Bolão, o primeiro critério de desempate será acertar qual foi o time campeão; o segundo critério será acertar o time vice-campeão, depois, o terceiro lugar e, depois, ainda, o quarto lugar. Persistindo o empate, o quinto critério é o acerto do placar correto do jogo 64 (final), o sexto critério é o acerto do placar correto do jogo 63 (terceiro lugar), e assim sucessivamente para os jogos 62, 61, 60 até o jogo 1. Caso não se caracterize o desempate, será feito um sorteio na sede da AEAMESP.

**Acione este link para participar do Bolão AEAMESP da Copa 2014**

**Faça parte do nosso quadro de associados. Baixe o documento, imprima, preencha e envie para AEAMESP**

[Início](#)

ESPORTE

Se você não está na lista do Felipão, participe às terças-feiras, entre 18h e 20h20, das partidas de futebol society da AEAMESP



Todas as terças-feiras, entre 18h às 20h20, a AEAMESP promove partidas de futebol society em quadra localizada da Rua Xavier de Almeida, 1.312, no bairro do Piranga, em São Paulo.

**Participação.** Para outras informações, o interessado pode entrar em contato com o vice-presidente Carlos Rossi, pelo celular (11)97100-2496

[Início](#)

ANIVERSARIANTES

No Portal da AEAMESP, os aniversariantes do mês de maio



Veja no Portal da AEAMESP os nomes dos associados que aniversariam em maio. **Na primeira página.** Na primeira página do Portal da AEAMESP, no canto superior direito da tela, há um espaço que dá acesso a uma lista em ordem cronológica crescente com todos os aniversariantes do mês. Se houver aniversariantes no dia em que a lista é consultada, seus nomes aparecem em destaque.

**Veja os aniversariantes deste mês**

[Início](#)

MEIO AMBIENTE

AEAMESP participará da 13ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo. O evento é gratuito e as inscrições estão abertas.



A AEAMESP participará da 13ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo, a ser realizada no dia 27 de maio de 2014, das 8h30 às 17h, na sede da em dependências da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD), na Zona Norte da capital paulista. **Evento gratuito.** As inscrições, gratuitas, estão abertas e o número de vagas é limitado. **Objetivos.** Realizada anualmente desde 2002, a Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo busca promover o debate entre diversos setores da sociedade sobre experiências e práticas de sustentabilidade. Esta 13ª edição terá como tema *Aquecimento Global: de sua casa para o seu planeta*.

**Acione este link para outras informações e inscrições**

[Início](#)

© Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô

Rua do Paraíso, 67 - 2º andar - Paraíso, São Paulo/SP - CEP: 04103-000

Tel/Fax: (11) 3284 0041 / aeamesp@aeamesp.org.br

Journalista responsável: Alexandre Asquini (MTB 28.624)